



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função do serviço de engenharia em questão, previstas no Termo de Referência e que aqui relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar devem ser aprovados por ato da autoridade competente

Da necessidade da contratação: A contratação dos serviços objetos da presente licitação justifica-se pelas razões de interesse público, tendo em vista que as políticas públicas voltadas para a solução de carências de infraestrutura, comércio e lazer permitirão a promoção do desenvolvimento regional, melhorando a qualidade de vida da população, uma vez que os pátios de usos múltiplos poderão favorecer a comercialização dos insumos produzidos na região.

A construção de um espaço que possa ser utilizado para a promoção de eventos sociais, culturais, feiras de produtos agropecuários, exposição e demonstração de produtos agrícolas e artesanato, em sua grande maioria produzidos pela comunidade, e até mesmo que permita o lazer dos moradores da região, é uma necessidade incontestável para as comunidades dos municípios atendidos pela 15ª SR, fazendo deste Objeto uma realização socialmente justificável e tecnicamente recomendada.

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade: Verifica-se a necessidade e oportunidade dos serviços, com a promoção de eventos sociais, culturais, feiras de produtos agropecuários, exposição e demonstração de produtos agrícolas e artesanato, investindo-se na infraestrutura dos municípios, comércio e lazer, favorecendo o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

Os serviços podem ocorrer de forma parcelada, mediante expedição e encaminhamento, pela CODEVASF, da Ordem de Serviço (OS), devidamente preenchida com informações de quantidade e valor, respeitando o contratado via Ata de Registro de Preços, de acordo com a disponibilidade financeira, e respeitando os prazos constantes no item 11.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado: Foram utilizados os Sistemas de Referência SINAPI/PE Setembro/2024, ORSE Julho/2024 e SEINFRA-CE Novembro/2024, não desonerados, para composição do orçamento de referência, conforme Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Já quanto a cotação direta de mercado, considerou-se no mínimo 3 pesquisas com fornecedores para atender aos requisitos formais estabelecidas na Resolução nº 550/2023 (N-440).

Do serviço comum: Cabe esclarecer que o objeto desta licitação é qualificado como SERVIÇO DE ENGENHARIA COMUM, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado somado a frequente contratação, e por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

Da adoção do Pregão Eletrônico: Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de serviços comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro. Ressalta-se que os serviços tem padrões de desempenho e qualidade bem definidos por meio das especificações, que são reconhecidas e usuais no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional

Especificações Técnicas que integram o Edital e nas planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns. O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo dos serviços sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo dos serviços que serão contratados.

Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS): Consoante com o art. 3º do Decreto 11.462/2023, inciso I, que diz que “quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”; inciso II, “quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;” e inciso V “quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”, a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura dos municípios inseridos na área de atuação da 15ª Superintendência.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação: Em decorrência das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no o §1º do artigo 86 da Lei n. 14.133/2021, §2º do art. 9º do Decreto Federal 11.462/2023 e Art. 31 do RILC, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP). É importante ressaltar que a licitação com órgãos participantes exige uma série de providências por parte dos órgãos envolvidos para que o certame cumpra sua função de selecionar a melhor proposta para a Administração, observando o princípio da isonomia. Para uma licitação exitosa, faz-se necessário uma adequada, prévia, longa e constante comunicação entre os órgãos envolvidos, para que seja elaborado Edital e Termo de Referência adequados à demanda de cada qual, e também ao conjunto dos órgãos. O órgão gerenciador deverá confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico. A perfeita confluência de situações gera grandes dificuldades operacionais e logísticas, especialmente em órgãos defasados de recursos financeiros e de profissionais, colocando em risco o êxito da contratação.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona): Sim – A adesão a Atas de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos serviços. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas. A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 –Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. O preço unitário obtido é perfeitamente reproduzível (SINAPI, ORSE e SEINFRA-CE), sendo a sua publicação mera formalização de informação já de domínio público, não frustrando a competitividade a sua publicação.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016 e Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Regime de execução - Empreitada por Preços Unitários: Preço certo de unidades determinadas, sendo que o pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. Além disso, existem serviços que possuem certo grau de incerteza na definição dos quantitativos, devido às suas características executivas, a exemplo de escavação de cavas e reaterro de cavas.

Dos requisitos de aceitação das propostas: O valor máximo aceitável não admite a contratação por valor superior ao definido, sendo que qualquer proposta superior deve ser desclassificada e, não pode ser alterado no decorrer do certame, conforme Acórdão nº 7.213/2015 TCU 2º Câmara. Assim, o preço máximo não serve como base para aceitar as propostas, mas como um verdadeiro limite de preços ofertados, não sendo aceito, em qualquer hipótese, valor acima do previsto.

Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações): As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os fornecimentos em quantidade, qualidade e prazo estabelecidos, estando em acordo com o Acórdão nº 914/2019-Plenário do Tribunal de Contas da União, que diz que “é obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação”. Os itens que compõem a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR foram selecionados em função de serem os itens de maior relevância nos serviços, sendo necessário, portanto, a comprovação de experiência mínima de aproximadamente 20% do quantitativo, como estabelecido no item 9.1.c) deste TR, permitindo demonstrar experiência e capacidade. Entendemos como uma abordagem equilibrada e justificada na definição de critérios de qualificação técnica em licitações, promovendo a eficiência e a eficácia na contratação pública, ao mesmo tempo em que se preserva a competitividade e a igualdade de condições entre os participantes, em acordo com o Acórdão 2924/2019 – Plenário – TCU, que diz ser “irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar”.

Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo: A exigência de capital social mínimo, para fins de qualificação econômico-financeira, visa assegurar o adimplemento do contrato a ser celebrado. Em caso de Consórcio, o Capital Social mínimo das empresas deve ser proporcional à porcentagem do serviço executado por cada uma.

Visita: Não obrigatória. Recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato. Faz-se necessárias simples declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

Da previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação:

Os requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação podem ser observados no item 20 dos Termos de Referência.

Justificativa da vantagem da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas: : O objeto da licitação será licitado em um único item, não se aplicando divisão em grupos ou parcelas, visto a indivisibilidade do objeto, cujas características específicas necessitam uma execução integrada para garantir a uniformidade técnica e a qualidade final do serviço. Além disso, a divisão em



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional

lotes poderia comprometer a economia de escala, resultando em custos mais elevados para o Erário, conforme Art. 22-II RILC.

Permissão para Participação de Consórcios: **Sim.** Embora sejam considerados serviços comuns, a execução apresenta características distintas entre a parte civil e a aplicação da grama sintética. Dado o impacto significativo da grama sintética no custo total da contratação e visando ampliar a competitividade, evita-se restringir a participação apenas a empresas que possuam, simultaneamente, a comprovação técnica para ambas as etapas. Assim, permite-se a formação de consórcios, com o objetivo de reforçar a capacidade técnica dos participantes, garantindo maior competitividade na execução do contrato. Máximo de empresas permitido : 2.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas: **Não.** Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas, uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço/operações/atividades exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017. Em decorrência da forma como é desenvolvida as relações trabalhistas nas cooperativas, e o reflexo desta metodologia na composição tributária dos serviços e insumos utilizados na planilha orçamentária, não será permitida a participação de cooperativas devido seus tipos de tributação, diferenciando as demais pessoas jurídicas, provocando desequilíbrio no processo licitatório. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

Da não admissão de subcontratação: Não será permitida a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto deste TR

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os serviços a serem contratados serão executados no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual. Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Desapropriação: Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução, perfazendo montante de 5% sobre o valor global contratado. Trata-se de critério da Administração exigir ou não a garantia. Conforme disposto no artigo 70, da Lei nº 13.303/2016, o percentual da garantia não poderá exceder a 5% do valor do contrato, com exceção do § 3º do mesmo artigo:

§ 2º A garantia a que se refere o caput não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no §3º deste artigo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no § 2º poderá ser elevado para até 10%(dez por cento) do valor do contrato.

Dos critérios de reajustamento: Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, face equiparação/atualização com os preços de mercado, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro, com índice a ser considerado no reajustamento extraído da tabela publicada na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas, referente à INCC-Brasil-DI-Materiais, Equipamentos e Serviços, código 1464784, adequado para o objeto.

Licença Ambiental: Por tratar-se de SRP, onde o local de execução é desconhecido no momento licitatório, não é possível saber se será exigido licenciamento ou sua dispensa, ficando o beneficiário(prefeitura/associações/cooperativas) responsável por sua obtenção/apresentação, em caso de necessidade.

Do não fornecimento de tratamento diferenciado para ME/EPP: Não será aplicado o tratamento diferenciado e favorecido disposto na Lei Complementar 123/2006, conforme estabelece o art. 4º, §1º da Lei 14.133/2021. Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Responsável pelas informações:

Erick Mozarovski Ward Cavalcante

ADR/ Eng. Civil - 15ª GTR
CODEVASF-15ªSR